

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
-----------------	----

Capítulo 1

JUSTICIABILIDADE: PRESSUPOSTOS PARA DEMANDAS NÃO JUSTICIÁVEIS	31
--	-----------

1.1. Justiciabilidade	31
1.1.1. O “dever” do Poder Judiciário de decidir.....	31
1.1.2. Conceito e classificações de justiciabilidade	32
1.1.3. Surgimento dos pressupostos de justiciabilidade	36
1.2. Pressupostos de justiciabilidade no direito norte-americano....	39
1.2.1. <i>Standing</i> : demonstração de um prejuízo sofrido pela parte demandante causado pela parte demandada e a possibilidade de sua solução no Judiciário	39
1.2.2. <i>Ripeness</i> : impossibilidade de julgamentos prematuros ..	48
1.2.3. <i>Mootness</i> : subsistência ou desaparecimento da controvérsia (prejuízo que deixou de existir)	50
1.2.4. Questões políticas	53
1.2.5. Outros parâmetros de justiciabilidade	63
1.3. Crítica aos pressupostos de justiciabilidade: aplicação arbitrária das teorias pelos tribunais	66
1.4. Conclusão parcial	67

Capítulo 2

JUSTICIABILIDADE NO BRASIL	69
---	-----------

2.1. Critérios de justiciabilidade no direito brasileiro.....	69
2.2. Definição e natureza jurídica da justiciabilidade deste trabalho....	78
2.3. Compatibilidade com os princípios da inafastabilidade da jurisdição e da indeclinabilidade	81

2.4.	Justiciabilidade no âmbito da justiça multiportas	88
2.5.	Pressupostos de justiciabilidade aplicáveis ao Brasil	90
2.5.1.	Obstáculo à justiciabilidade por falta de repercussão geral ou relevância: os requisitos de admissibilidade recursal nos Tribunais Superiores	92
2.5.2.	Questões políticas	103
2.5.3.	Questões <i>interna corporis</i> do Poder Legislativo	110
2.5.4.	Questões técnicas: limite em razão das capacidades institucionais	117
2.5.5.	Questões não justiciáveis por necessidade de maturação do debate	130
2.6.	Questões justiciáveis que visam à tutela de direitos: controle do Judiciário sobre a violação às competências constitucionais e diálogos institucionais nos processos estruturais	134
2.7.	Deferência judicial como parâmetro de interpretação em questões justiciáveis	143
2.8.	Conclusão parcial	147

Capítulo 3

	DEFININDO O QUE SIGNIFICA A NÃO DECISÃO: DIFERENÇAS ENTRE JUSTICIABILIDADE E A VEDAÇÃO DO <i>NON LIQUET</i>	149
3.1.	Compreendendo as origens do <i>non liquet</i>	149
3.1.1.	Uma breve passagem histórica: do direito romano à atualidade	149
3.1.2.	<i>Non liquet</i> na Corte Internacional de Justiça	160
3.2.	<i>Non liquet</i> no Brasil (art. 4º da LINDB e art. 140 do CPC)	165
3.3.	Diferença entre a justiciabilidade e a vedação do <i>non liquet</i>	169
3.4.	Situações que não configuram não decisão	172
3.4.1.	Omissões judiciais prolongadas	172
3.4.1.1.	Atos judiciais omissivos	172
3.4.1.2.	Controle da pauta de julgamentos no Supremo Tribunal Federal: poder de agenda <i>versus</i> declaração de não decisão	176
3.4.2.	Decisões inexecutáveis	183

3.4.3. Impossibilidade de julgamento por falta de quórum	187
3.5. Conclusão parcial	189

Capítulo 4

TÉCNICAS DECISÓRIAS PARA A DECLARAÇÃO DE NÃO DECISÃO	191
---	------------

4.1. Não decisão temporária pela necessidade de amadurecimento do debate	192
4.1.1. Inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção: decisão de caráter temporário do Supremo Tribunal Federal	192
4.1.2. Diálogo institucional para além da Corte Constitucional: atuação dialógica dos juízes nas declarações de inconstitucionalidade e de ilegalidade	196
4.1.3. Adiamento da decisão para permitir o amadurecimento do debate para a tutela de direitos: demandas complexas e controvérsias de fato	210
4.2. Não reconhecimento de repercussão geral no recurso extraordinário e do requisito da relevância no recurso especial por prematuridade da discussão	214
4.3. Aconselhamento ou recomendação dos tribunais diante da ausência de pressupostos materiais de justiciabilidade	217
4.4. Cassação do ato sem se substituir à instituição competente: técnica para os casos de deferência judicial	224

CONCLUSÃO	229
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235
---	------------